

## **CADERNO DE ENCARGOS**

### **PROCEDIMENTO DE CONCURSO PÚBLICO REF<sup>a</sup> CP-022/2024 PARA AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS CÓPIA E IMPRESSÃO COM A DISPONIBILIZAÇÃO DE EQUIPAMENTOS MULTIFUNCIONAIS PARA O IPCA**

#### **PARTE I**

#### **Cláusulas Jurídicas**

##### **Cláusula 1<sup>a</sup>**

##### **Objeto**

1 - O presente caderno de encargos compreende as cláusulas a incluir no contrato a celebrar na sequência do procedimento pré-contratual referido em assunto, que tem por objeto principal a aquisição de serviços de cópia e impressão com a disponibilização de equipamentos multifuncionais para o IPCA, em conformidade com as especificações técnicas descritas na parte II.

##### **Cláusula 2<sup>a</sup>**

##### **Contrato**

1 – O contrato a celebrar será reduzido a escrito, nos termos do artigo 94.º do Código dos Contratos Públicos (CCP), aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, sem prejuízo do disposto no artigo 95.º do referido diploma.

2 – Fazem parte integrante do contrato, independentemente da sua redução a escrito, os seguintes documentos:

- a) Os suprimimentos dos erros e das omissões do caderno de encargos identificados pelos concorrentes, desde que esses erros e omissões tenham sido expressamente aceites pelo órgão competente para a decisão de contratar;
- b) Os esclarecimentos e as retificações relativos ao caderno de encargos;
- c) O presente caderno de encargos;
- d) A proposta adjudicada;
- e) Os esclarecimentos sobre a proposta adjudicada prestados pelo adjudicatário;
- f) O Acordo de Tratamento de Dados assinado, se aplicável, ou seja, sempre que a aquisição do bem em causa implique tratamento de dados pessoais na aceção do artigo 4.º, n.º 1 do Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados – Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho de 27/4 de 2016 (RGPD).

3 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2, a prevalência é determinada pela ordem

pela qual aí são indicados.

4 – Em caso de divergência entre os documentos referidos no n.º 2 e o clausulado do contrato, prevalecem os primeiros, salvo quanto aos ajustamentos ao conteúdo do contrato propostos, de acordo com o disposto no artigo 99.º do Código dos Contratos Públicos e aceites pelo adjudicatário, nos termos do disposto no artigo 101.º deste mesmo diploma legal.

5 – Quando a redução do contrato a escrito não seja exigida ou venha a ser dispensada, nos termos previstos no artigo 95.º do CCP, entende-se que o contrato resultará da conjugação do caderno de encargos com a proposta adjudicada, não se podendo, porém, dar início a qualquer aspeto da sua execução antes de decorrido o prazo de 10 dias a contar da notificação da decisão de adjudicação, sem prejuízo do disposto no n.º 4 do artigo 95.º do CCP, e, em qualquer caso, nunca antes da apresentação de todos os documentos de habilitação exigidos, da comprovação da prestação da caução, quando esta for devida, e da confirmação dos compromissos referidos na alínea c) do n.º 2 do artigo 77.º do CCP.

### **Cláusula 3ª**

#### **Prazo**

O contrato mantém-se em vigor pelo período de **36** (trinta e seis) **meses**, contado da data da sua celebração, em conformidade com os respetivos termos e condições e o disposto na lei, sem prejuízo das obrigações acessórias que devam perdurar para além da sua cessação.

### **Cláusula 4ª**

#### **Local e condições de entrega dos equipamentos**

1 – O adjudicatário obriga-se a proceder à disponibilização, instalação e configuração dos equipamentos referidos no Anexo I no prazo máximo de **30** (trinta) **dias** consecutivos ou no prazo constante da proposta adjudicada quando esse for inferior, devendo os equipamentos estar nas instalações da entidade adjudicante até ao dia de início do contrato.

2 – Sempre que ocorra um caso de força maior, devidamente comprovado e que implique a suspensão da entrega dos equipamentos, deve o adjudicatário ou a entidade adjudicante, logo que tenha conhecimento do facto, comunicar a outra parte, para que seja concedida uma prorrogação adequadamente fundamentada do respetivo prazo.

3 – Os bens objeto do contrato devem ser entregues nas seguintes instalações do IPCA de segunda a sexta-feira entre as 09:30h e as 17:00h, nos seguintes endereços:

- IPCA - Campus:
  - Escola Superior de Gestão (ESG);
  - Escola Superior de Tecnologia (EST);

- Serviços de Ação Social (SAS),
- Edifício P;
- Edifício A;
- Serviços Centrais (SC);
- Serviços Académicos (SA);
- Centro Informática (CI);
- Biblioteca;
- Gabinete de Qualidade (GAQ).

Morada: Campus do IPCA Lugar do Aldão, 4750-810 Vila Frescaínha de S. Martinho Barcelos.

- IPCA - Polo de Braga

Morada: Av. Dr. Francisco Pires Gonçalves, 4710-911 Braga

- IPCA - Polo de Vila Verde

Morada: Rua do Conhecimento, 4730-575 Soutelo

- IPCA - Polo AVEPARK

Morada: Zona Industrial da Gandra, S. Cláudio do Barco, apartado 4152, 4806-909 Caldas das Taipas

- IPCA - Polo de Famalicão

Morada: Avenida de Tibães, nº 1199, 4770-568 Vila Nova de Famalicão

- IPCA - Polo de Esposende

Morada: Rua Sra. Da Saúde, 4740-289

- IPCA - Escola Superior de Desporto, Bem-estar e Sistemas Biomédicos (ESDBESB)

Morada: Campus de Couros, Rua Vila Flor, nº 166, 4810-225 Guimarães

- IPCA - Escola Superior de Design (ESD)

Morada: Avenida dos Combatentes da Grande guerra – 176, 4750-279 Barcelos

4 – As quantidades e tipologias dos equipamentos a instalar, em cada um dos locais, são os mencionados no Anexo I ao presente Caderno de Encargos.

- 5 – O adjudicatário obriga-se a entregar os bens objeto do contrato em conformidade com os termos e especificações estabelecidos no presente caderno de encargos, tendo em conta a respetiva natureza e o fim a que se destinam.
- 6 – Todos os equipamentos (multifunções) a disponibilizar no âmbito do presente contrato devem ser novos ou recondicionados.
- 7 - Todas as peças e componentes dos equipamentos identificados no número anterior devem ser novos.
- 8 – O fornecedor obriga-se a disponibilizar, simultaneamente com a entrega dos bens objeto do contrato, as respetivas fichas técnicas e todos os documentos que sejam necessários para a boa e integral utilização ou funcionamento daqueles, em língua portuguesa, exceto se outra for expressamente aceite pelo IPCA.
- 9 – O transporte para o local da entrega é da inteira responsabilidade do adjudicatário, ficando este obrigado a recorrer a todos os meios necessários para garantir a segurança e integridade dos bens a transportar, bem como a suportar todos os custos que daí advierem.

#### **Cláusula 5ª**

##### **Transporte entrega e recolha**

- 1 – O transporte e colocação dos equipamentos nos locais, mencionados no Anexo I ao presente Caderno de Encargos, serão efetuados por equipas especializadas.
- 2 – O adjudicatário deverá comunicar no prazo mínimo de 5 (cinco) úteis a data de fornecimento e instalação dos equipamentos, assim como todas as condições necessárias à instalação física dos bens, em condições normais de uso.
- 3 – Todos os riscos na fase de acondicionamento, embalagem, carga, transporte, descarga e montagem são da exclusiva responsabilidade do adjudicatário, não incorrendo quaisquer custos adicionais para a entidade adjudicante.
- 4 – Todos os equipamentos devem ser entregues devidamente acondicionados, embalados e etiquetados, devendo ser indicado: marca, modelo, origem de fabrico, referência, número de fabrico, lote, e afins, de modo a entidade adjudicante realizar a validação dos equipamentos.
- 5 – As embalagens deverão permanecer fechadas e seladas até a validação da entidade adjudicante ou por quem esta designar para o efeito.
- 6 – A montagem dos equipamentos, apenas poderá ser iniciada após a validação referida no número anterior.
- 7 – Todo o material de acondicionamento e embalagem deverá ser levantado das instalações das entidades adjudicantes pelo adjudicatário.
- 8 – A hora de entrega e descarga dos equipamentos deverá ser acordada entre as partes.

## **Cláusula 6ª**

### **Características mínimas do software de gestão centralizada de cópia e impressão**

- 1 – Os equipamentos disponibilizados pelo adjudicatário, constantes do Anexos I ao presente Caderno de Encargos, deverão integrar com o software atualmente em uso pela entidade adjudicante, a saber, *YSOFT SAFEQ*, e aos respetivos leitores de RFID + Bluetooth, quando aplicável.
- 2 – O adjudicatário deve proceder sempre que solicitado à atualização e ou manutenção do *YSOFT SAFEQ*.
- 3 – Todas as despesas inerentes à disponibilização, aquisição e licenciamento do software incorrem única e exclusivamente por conta do adjudicatário.
- 4 – Incorrem igualmente por conta do adjudicatário a disponibilização dos drivers de instalação para Mac e Windows.
- 5 – A manutenção do software deve ser realizada única e exclusivamente por técnicos certificados pela empresa *YSOFT* para o *SAFEQ*.

## **Cláusula 7ª**

### **Instalação e configuração dos equipamentos**

- 1 – O equipamento a instalar, mencionados no Anexo I ao presente Caderno de Encargos, deverá ser desembalado, configurado e efetuado o respetivo controlo de qualidade.
- 2 – A pré-instalação dos equipamentos deverá garantir um impacto mínimo nas instalações da entidade adjudicante durante o processo de mudança e permitir, ainda, efetuar um primeiro controlo de qualidade ao produto.
- 3 – A pré-instalação deverá ser efetuada por equipas de técnicos certificados e com experiência, que garantirão a execução do processo com um elevado nível de qualidade.
- 4 – A Instalação e configuração dos equipamentos disponibilizados deve ser realizada única e exclusivamente por técnicos certificados para os respetivos modelos de equipamento.
- 5 – A integração do equipamento na rede deverá ser efetuada de acordo com o calendário de atividades acordado com a entidade adjudicante e sempre em sintonia com o gestor do contrato, de modo a garantir um tempo de inatividade muito reduzido.
- 5 – O presente procedimento vincula o adjudicatário, à instalação e configuração dos equipamentos em todos os serviços e unidades orgânicas da entidade adjudicante, e ainda:
  - a) Garantir o funcionamento de todas as características dos equipamentos (cópia, impressão, digitalização) solicitadas pela entidade adjudicante;
  - b) Disponibilizar uma ficha técnica para registos relativos à assistência técnica, a qual deverá ser colocada junto aos equipamentos;

- c) Disponibilizar para cada equipamento um manual de utilizador e um manual de referência rápida, em língua portuguesa;
- d) Disponibilizar o manual de utilizador referido anteriormente em formato eletrónico;
- e) Disponibilizar os *drivers* de instalação e *software* utilizado pelo equipamento.

#### **Cláusula 8ª**

##### **Peças, consumíveis e acessórios**

1 – No contrato que vier a ser celebrado, em relação aos equipamentos mencionados nos Anexos I ao presente Caderno de Encargos incluem-se:

- a) Os consumíveis de impressão (cartuchos, *toners*, entre outros);
- b) Os restantes consumíveis, componentes e todas as peças necessárias ao correto funcionamento dos equipamentos (entre outros, *developer*, *starter*, óleo de fusor, fusores, fitas, pilhas ou borrachas), associados aos serviços de manutenção preventiva, corretiva e à reparação dos equipamentos e, ainda, a respetiva mão-de-obra, estando seu fornecimento contemplado no custo e condições definidos no preço base do procedimento.

2 – Excetua-se do presente procedimento o fornecimento de papel e demais suportes de impressão.

#### **Cláusula 9ª**

##### **Obrigações principais do adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outras obrigações previstas na legislação aplicável e de outras especialmente previstas no presente caderno de encargos, da celebração do contrato decorrem para o adjudicatário as seguintes obrigações principais:

- a) Disponibilizar os equipamentos e prestar os serviços de montagem, manutenção, cópia e impressão, nos termos, condições e características dele constantes, bem como das especificações técnicas descritas na parte II do presente caderno de encargos;
- b) Ter ao seu serviço pessoal de reconhecida idoneidade moral, aptidão física e adequada formação técnica;
- c) Utilizar corretamente as instalações e equipamentos que lhe forem confiadas, não lhes dando uso diferente do que lhes é devido, respeitando as instruções de utilização e/ou funcionamento que lhe sejam dadas pelo IPCA, bem como, e em especial as regras de segurança aplicáveis, designadamente no que respeita às chaves das instalações;
- d) Comunicar ao IPCA a nomeação do Gestor de Cliente responsável pelo contrato celebrado e quaisquer alterações relativas à sua nomeação;
- e) Assegurar que para todas as matérias colocadas pelo IPCA ao respetivo Gestor de Cliente, o tempo de

resposta não exceda 5 (cinco) dias úteis, nas situações normais e 2 (dois) dias úteis nas situações urgentes;

- f) Responsabilizar-se pelos danos causados diretamente ao IPCA, ou a terceiros, decorrentes de sua culpa ou dolo na execução do contrato;
- g) Comunicar, antecipadamente, ao IPCA, de forma fundamentada, logo que deles tenha conhecimento, os factos que tornem total ou parcialmente impossível o fornecimento dos bens ou o cumprimento de qualquer outra obrigação, obrigando-se, se tal for aceite e oportuno, a restabelecer a prestação ou reparar o incumprimento em prazo razoável;
- h) Manter durante a execução do contrato, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas no procedimento de aquisição, bem como a situação tributária e perante a segurança social regularizadas;
- i) Comunicar qualquer facto que ocorra durante a execução do contrato e que altere, designadamente, a sua denominação social, os seus representantes legais com relevância para a prestação, a sua situação jurídica ou situação comercial, bem como as alterações aos contratos e moradas indicadas no contrato para a sua gestão;
- j) Disponibilizar uma plataforma para acompanhamento das contagens diárias de cada equipamento.

2 – O adjudicatário fica ainda obrigado, designadamente, a recorrer a todos os meios humanos, materiais e informáticos que sejam necessários e adequados à execução do contrato, bem como ao estabelecimento do sistema de organização necessário à perfeita e completa execução das prestações contratuais a que está obrigado.

### **Cláusula 10ª**

#### **Continuidade de fabrico**

O adjudicatário deve assegurar a continuidade do fabrico e do fornecimento de todas as peças, componentes e equipamentos que integrem os bens objeto do contrato, no mínimo, pelo prazo estimado da respetiva vida útil, nos termos do artigo 446.º do CCP.

### **Cláusula 11ª**

#### **Encargos com direitos de propriedade intelectual ou industrial**

São da responsabilidade do adjudicatário quaisquer encargos decorrentes da utilização, no âmbito do contrato celebrado, de direitos de propriedade intelectual ou industrial, nos termos do artigo 447.º do CCP.

## **Cláusula 12ª**

### **Formação**

1 – O adjudicatário fica ainda obrigado a proceder à formação presencial dos elementos que forem designados pela entidade adjudicante.

2 – Após a colocação de cada equipamento no devido local, será ministrada nas instalações da entidade adjudicante, uma ação de formação aos operadores chave desse equipamento, onde serão explicados os princípios básicos de utilização do equipamento, tais como:

- a) Identificação dos principais componentes (alimentador de documentos, sistema de impressão, sistema de saída de papel e finalização);
- b) Alimentação de papel nas cassetes e ajuste aos diferentes formatos suportados;
- c) Explicação do acesso ao interior do equipamento para efetuar desencravamentos de fácil acesso;
- d) Como efetuar o acesso ao painel do equipamento (acesso por credenciais de utilizador de rede);
- e) Como seleccionar as funções principais no equipamento (cópia, digitalização, fax, etc.).

3 – Cada equipa de implementação será responsável por um determinado local onde efetuará sequencialmente a instalação e formação introdutória dos equipamentos.

## **Cláusula 13ª**

### **Acordo de aceitação da solução instalada**

Em última fase, será executada, após a instalação de todos os componentes de hardware, software e setup, assim como da formação, devendo proceder-se à validação e elaboração do termo de aceitação da solução implementada.

## **Cláusula 14ª**

### **Assistência Técnica**

1 – O adjudicatário deverá ter disponível um serviço de *Helpdesk* para esclarecimento de eventuais dúvidas e solicitação de assistência técnica relativamente a todos os equipamentos mencionados no Anexo I ao Caderno de Encargos.

2 – Caso não seja possível resolver a questão remotamente, deverá ser enviado um técnico de apoio ao cliente que se deslocará ao local onde o mesmo se verifique, no prazo máximo de 8 horas úteis, a contar do momento do pedido de suporte.

3 – Os contactos telefónicos e o endereço de correio eletrónico deverão ser fornecidos durante a fase de implementação e constarão na documentação disponibilizada na fase de aceitação. Além disso, os contactos telefónicos deverão ser identificados em cada um dos equipamentos mediante a colocação de autocolante.



## **Cláusula 15ª**

### **Serviços de manutenção preventiva e corretiva**

1 – O adjudicatário deverá garantir os serviços de manutenção, de forma a assegurar o correto funcionamento de todos os equipamentos do parque de impressão, sem qualquer custo acrescido para a entidade adjudicante.

2 – As tarefas de manutenção deverão incluir:

- a) Apoio à operação dos equipamentos sempre que solicitado;
- b) Assegurar a correta reposição do stock de segurança no local;
- c) Efetuar manutenções preventivas aos equipamentos durante os períodos de menor utilização de forma a minimizar o impacto na sua utilização;
- d) Efetuar as reparações necessárias, reportadas pelos utilizadores ou detetadas remotamente, de modo a repor o funcionamento do equipamento;
- e) Reporte dos incidentes ao Supervisor de Operações sempre que no local não existam condições para a resolução do problema, devendo este deslocar os recursos necessários para a reposição do funcionamento do equipamento;
- f) Articulação dos incidentes com a equipa de suporte da entidade adjudicante sempre que o diagnóstico aponte para uma resolução fora da sua zona de intervenção.

3 – Em cada localização física, à exceção do IPCA – Campus, deverá ser garantido um stock de segurança dos consumíveis de impressão, nunca inferior a um kit por modelo de equipamento.

3 – No campus do IPCA o stock de consumíveis de impressão nunca pode ser inferior a 20% do número de equipamentos agregados por modelo.

4 – No caso de avaria nos equipamentos, mencionados nos Anexos I ao Caderno de Encargos:

- a) O adjudicatário tem a obrigação de proceder à reparação ou substituição dos equipamentos no prazo de 24 (vinte e quatro) horas uteis, em instalações com um só equipamento, ou durante 40 (quarenta) horas uteis, em instalações com mais de um equipamento, a contar do dia seguinte a comunicação do facto ao adjudicatário. Em caso de incumprimento, será aplicada uma sanção, nos termos da cláusula 24ª, pelo não cumprimento do disposto na presente cláusula;

## **Cláusula 16ª**

### **Gestão Recolha de Resíduos**

1 – O adjudicatário fica obrigado a recolher, quando solicitado, todos os resíduos nas instalações da entidade adjudicante, assumindo assim uma responsabilidade na preservação do ambiente.

2 – O Serviço de Recolha e Gestão de Toners, consiste na recolha e transporte deste resíduo pelo adjudicatário, cabendo à entidade adjudicante a emissão das competentes Guias de Acompanhamento de Resíduos (GAR), inscrevendo os seus dados no espaço reservado ao produtor do resíduo.

3 – O adjudicatário deverá também, fornecer uma “Eco-Caixa” onde os utilizadores dos equipamentos poderão depositar os toneres usados, para posterior recolha e devido tratamento ambiental.

### **Cláusula 17ª**

#### **Níveis de Serviço**

1 – O contrato a celebrar deverá incluir um acordo de níveis de serviço “Service Level Agreement - SLA”, com os requisitos mínimos referidos nos números seguintes.

2 – Relativamente aos serviços de assistência técnica, o fornecedor deverá garantir para todos os locais:

- a) Tempos de resposta 9x5;
- b) Que os serviços são prestados entre as 09h00 e as 18h00, todos os dias úteis da semana.
- c) Que o tempo de resposta não poderá ultrapassar as 8 horas úteis.
- d) Que o tempo de resolução não poderá ultrapassar as 8 horas úteis.
- e) O tempo de entrega de consumíveis não poderá ultrapassar as 16 horas úteis.
- f) Quando ocorram necessidade de substituição dos equipamentos estas devem ocorrer no prazo de 24 (vinte e quatro) horas uteis, em instalações com um só equipamento, ou durante 40 (quarenta) horas uteis, em instalações com mais de um equipamento;
- g) A disponibilidade do serviço em cada uma das localizações físicas não poderá ser inferior a 95% do tempo útil calculado numa base mensal, em regime de 9x5.

3 – Em caso de incumprimento do disposto na presente cláusula, será aplicada uma sanção nos termos da cláusula 26.ª.

### **Cláusula 18ª**

#### **Objeto e prazo do dever de sigilo**

1 – O adjudicatário deve guardar sigilo e garantir a confidencialidade, não divulgando as condições estabelecidas no presente contrato ou informações e documentação técnica e não técnica, comercial ou outra, relativa ao IPCA, que no âmbito da formação e da execução do contrato, possa ter conhecimento, incluindo os seus agentes, funcionários, colaboradores ou terceiros neles envolvidos, salvo com o consentimento expresso do IPCA.

2 – A informação e a documentação cobertas pelo dever de sigilo não podem ser transmitidas a terceiros, nem objeto de qualquer uso ou modo de aproveitamento que não o destino direta e exclusivamente à

execução do contrato.

3 – Exclui-se do dever de sigilo previsto, a informação e a documentação que fossem comprovadamente do domínio público à data da respetiva obtenção pelo adjudicatário ou que este seja legalmente obrigado a revelar, por força da lei, de processo judicial ou a pedido de autoridades reguladoras ou outras entidades administrativas competentes.

4 – O dever de sigilo mantém-se em vigor indefinidamente, até autorização expressa em contrário pelo IPCA, a contar do cumprimento ou cessação, por qualquer causa, do contrato, sem prejuízo da sujeição subsequente a quaisquer deveres legais relativos, designadamente, à proteção de segredos comerciais ou da credibilidade, do prestígio ou da confiança devidos às pessoas coletivas.

### **Cláusula 19ª**

#### **Tratamento de Dados Pessoais pela Entidade Adjudicante**

1 – Nos termos do disposto no artigo 6.º, n.º 1, alíneas b) e c) do RGPD', da Lei n.º 58/2019, de 8 de agosto, que assegura a execução, na ordem jurídica nacional, do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento e do Conselho, de 27 de abril de 2016, relativo à proteção das pessoas singulares no que diz respeito ao tratamento de dados pessoais e à livre circulação desses dados ("LERGPD") - e exclusivamente para efeitos do presente procedimento pré-contratual e do cumprimento de obrigações jurídicas a que a Entidade Adjudicante esteja adstrita - esta poderá tratar dados pessoais relativos ao Adjudicatário, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, e transmiti-los a terceiros, como seja o tribunal de contas, plataformas eletrónicas de contratação, portal dos contratos públicos e outras entidades públicas ou privadas, com limitação dos dados transmitidos ao estritamente necessário e mediante as medidas técnicas, organizativas e de segurança adequadas.

2 - Os dados pessoais relativos ao Adjudicatário, incluindo dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores serão armazenados e tratados pelo período que se revele necessário ou obrigatório para o cumprimento dos fins previstos no presente procedimento, aplicando-se critérios de conservação adequados a cada tratamento e em consonância com as disposições legais, regulamentares aplicáveis e até mesmo a prescrição de responsabilidade civil e criminal.

3 - O Adjudicatário é responsável por garantir a exatidão e atualização, bem como o cumprimento das formalidades legais para a transmissão dos dados pessoais dos seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, no âmbito do procedimento pré-contratual, obtendo os respetivos consentimentos, quando - e se - aplicável.

4 - O Adjudicatário, incluindo os seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores têm o direito, em qualquer altura, de solicitar à Entidade Adjudicante, o acesso aos dados pessoais que lhe

digam respeito, a sua retificação ou apagamento e a limitação do tratamento, bem como a opor-se ao tratamento e a requerer a portabilidade dos dados.

5 - De igual modo, o Adjudicatário, incluindo os seus representantes, trabalhadores, agentes, subcontratados e consultores, têm o direito de apresentar uma reclamação à autoridade de controlo competente, a Comissão Nacional de Proteção de Dados.

6 - A Entidade Adjudicante nomeou um encarregado da proteção de dados que pode ser contactado através do seguinte endereço de correio eletrónico: rgpd@ipca.pt.

### **Cláusula 20ª**

#### **Tratamento e Proteção de Dados Pessoais pelo Adjudicatário**

1 - O Adjudicatário terá acesso a dados pessoais e tratará os mesmos. Esse tratamento está sujeito às normas aplicáveis à proteção de dados pessoais. Deste modo, o Adjudicatário compromete-se expressamente a assegurar o cumprimento das obrigações decorrentes do RGPD e demais legislação que lhe seja aplicável relativa a dados pessoais, durante a execução do contrato, assim como após o termo da vigência do período de execução contratual, e:

- a) Utilizar os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante, única e exclusivamente para as finalidades previstas no contrato;
- b) Manter os dados pessoais estritamente confidenciais, cumprindo e garantindo o cumprimento do dever de sigilo profissional relativamente aos mesmos;
- c) Cumprir quaisquer regras relacionadas com o tratamento de dados pessoais a que a Entidade Adjudicante esteja especialmente vinculada;
- d) Pôr em prática as medidas técnicas e organizativas necessárias à proteção dos dados pessoais tratados por conta da Entidade Adjudicante, nomeadamente contra a respetiva destruição, acidental ou ilícita, a perda acidental, a alteração, a difusão ou o acesso não autorizados, bem como contra qualquer outra forma de tratamento ilícito dos mesmos;
- e) Prestar à Entidade Adjudicante toda a colaboração de que esta careça para esclarecer qualquer questão relacionada com o tratamento de dados pessoais, efetuado ao abrigo do contrato;
- f) Manter a Entidade Adjudicante informada em relação ao tratamento de dados pessoais, obrigando-se a comunicar de imediato qualquer situação que possa afetar o tratamento dos mesmos, ou que, de algum modo, possa dar origem ao incumprimento das disposições legais em matéria de proteção de dados pessoais;
- g) Assegurar o cumprimento do RGPD e demais legislação relativa à proteção de dados, por todos os seus colaboradores, incluindo toda e qualquer pessoa singular ou coletiva que preste serviços ao Adjudicatário, designadamente, representantes legais, trabalhadores, prestadores de serviços,

procuradores e consultores, independentemente da natureza e validade do vínculo jurídico estabelecido entre o Adjudicatário e o referido colaborador;

- h) Assegurar que as pessoas autorizadas a tratar os dados pessoais assumiram um compromisso de confidencialidade ou estão sujeitas a adequadas obrigações legais de confidencialidade, tendo recebido formação suficiente para compreender as obrigações, em matéria de proteção de dados e segurança da informação do Adjudicatário e da Entidade Adjudicante;
- i) Não copiar, reproduzir, adaptar, modificar, alterar, apagar, destruir, difundir, transmitir, divulgar ou, por qualquer outra forma, colocar à disposição de terceiros os dados pessoais a que tenha acesso ou que lhe sejam transmitidos pela Entidade Adjudicante ao abrigo do contrato, exceto quando tal lhe tenha sido expressamente comunicado, por escrito, por este ou quando decorra do cumprimento de uma obrigação legal;
- j) Adotar as medidas de segurança previstas no artigo 32.º do RGPD, que assegurem a confidencialidade, a integridade, a disponibilidade e a resiliência dos sistemas e serviços de tratamento de dados pessoais e implementar um processo para testar, apreciar e avaliar regularmente a eficácia destas medidas;
- k) Prestar a assistência necessária à Entidade Adjudicante no sentido de permitir que esta cumpra a obrigação de dar resposta aos pedidos dos titulares dos dados, tendo em vista o exercício dos direitos previstos no RGPD, nomeadamente o direito de acesso, retificação, oposição, apagamento, limitação e portabilidade dos seus dados pessoais;
- l) Garantir a eficácia de mecanismo de notificação efetivo em caso de violação de dados pessoais para efeitos do cumprimento do previsto no artigo 33.º do RGPD;
- m) Devolver toda a informação e dados pessoais aos quais tenha acedido no desempenho das suas funções inerentes ao exercício do seu contrato, bem como todos os suportes multimédia ou documentos que contenham quaisquer dados pessoais ou informação confidencial, após a cessação da sua relação contratual.

2 - O Adjudicatário não contratará outro subcontratante sem que a Entidade Adjudicante tenha dado, previamente e por escrito, autorização específica ou geral. Em caso de autorização geral por escrito, o subcontratante informará a Entidade Adjudicante de quaisquer alterações pretendidas quanto ao aumento do número ou à substituição de outros subcontratantes, dando assim à Entidade Adjudicante a oportunidade de se opor a tais alterações. Se o Adjudicatário contratar outro subcontratante para a realização de operações específicas de tratamento de dados por conta da Entidade Adjudicante, são impostas a esse outro subcontratante, por contrato ou outro ato normativo ao abrigo do direito da União ou dos Estados-Membros, as mesmas obrigações em matéria de proteção de dados que as estabelecidas no Acordo de Tratamento de Dados.

3 - O tratamento de dados pessoais a realizar pelo Adjudicatário é efetuado de acordo com as instruções documentadas do responsável pelo tratamento de dados, ou seja, a Entidade Adjudicante, incluindo no que respeita às transferências de dados para países terceiros ou organizações internacionais, a menos que seja obrigado a fazê-lo pelo direito da União ou do Estado-Membro a que está sujeito, informando nesse caso o responsável pelo tratamento desse fundamento jurídico antes do tratamento, salvo se a lei proibir tal informação por motivos importantes de interesse público.

4 - O Adjudicatário declara, sob compromisso de honra, que apresenta garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de uma forma que o tratamento satisfaça os requisitos do RGPD e assegure a defesa dos direitos do titular dos dados.

5 - O Adjudicatário assinará e cumprirá rigorosamente o Acordo de Tratamento de Dados, se aplicável.

### **Cláusula 21ª**

#### **Responsabilidade em caso de violação de obrigações em matéria de Proteção de Dados**

Caso o Adjudicatário viole as normas e procedimentos exigidos pela Entidade Adjudicante, nomeadamente praticando ou permitindo a prática de qualquer ato indevido, incumprindo com o disposto nas cláusulas anteriores, no Acordo de Tratamento de Dados Pessoais, ou viole a obrigação de confidencialidade acima prevista, o Adjudicatário compromete-se a indemnizar a Entidade Adjudicante por todos os danos, perdas e prejuízos por este sofridos, em especial danos, perdas e prejuízos relacionados com pedidos de indemnização apresentados pelos titulares dos dados, motivados ou relacionados com a divulgação não autorizada de informação confidencial ou de quaisquer dados pessoais.

### **Cláusula 22ª**

#### **Preço base**

1 – O preço base do presente procedimento é estabelecido em **110.800,00€** (cento e dez mil e oitocentos euros), sendo este o montante máximo que a entidade adjudicante se dispõe a pagar pela execução de todas as prestações objeto do contrato, incluindo eventuais renovações, nos termos do n.º 1 do artigo 47.º do CCP.

2 – Ao valor referido no número anterior acresce o IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

3 – O preço base estabelecido no nº1 é decomposto da seguinte forma:

- a) **100.800,00€** (cem mil e oitocentos euros) que deve incluir o definido no nº 4, para o prazo máximo de execução do contrato;
- b) **10.000,00€** (dez mil euros) para cópias/impressões excedentes, para o prazo máximo de execução do contrato, ou até que este preço se esgote, sem nunca ultrapassar o prazo definido, não devendo as mesmas ultrapassar os seguintes preços unitários base:
  - Páginas a preto: **0,00650€**

- Páginas a cores: **0,060€**

4 – O valor referido na alínea a) do n.º anterior, mensalmente, inclui:

- a) Impressão de 60.000 Páginas a Preto;
- a) Impressão de 25.000 Páginas a Cores;
- b) Disponibilização de 36 (trinta e seis) equipamentos Multifunções;
- c) Atualização do Software e firmware para os 36 Equipamentos;
- d) Atualização e manutenção do software Ysoft SafeQ;
- e) Todo o licenciamento necessário ao correto funcionamento dos equipamentos e software.
- f) 12 leitores de autenticação com capacidade rfid mifare + Bluetooth;
- g) Todos os serviços de manutenção, reparação, peças, mão-de-obra, deslocações, Helpdesk, bem como consumíveis (exceto papel e agramos), relativos aos equipamentos constantes nos Anexos I ao Caderno de Encargos;
- h) Suporte técnico - Gestão Remota e manutenção proativa, leituras automáticas contadores, entrega consumíveis e distribuição automática de serviço;
- i) Gestão e Recolha de Resíduos;

5 – Mensalmente devem ser remetidas, para email a designar, as leituras obtidas nos contadores dos equipamentos, que serão utilizadas para contabilização a que se refere o número anterior.

6 – O saldo de apuramento do excedente é apurado semestralmente, através da média de consumos no mesmo período, com a emissão de fatura específica, caso se justifique.

7 – A definição do preço base do presente procedimento foi efetuada através de custos médios unitários de anteriores procedimentos para prestações do mesmo tipo.

### **Cláusula 23ª**

#### **Preço contratual e condições de pagamento**

1 – Pela prestação de serviços objeto do contrato a celebrar, bem como pelo cumprimento das demais obrigações contratuais, o IPCA deve pagar ao adjudicatário o preço constante da proposta adjudicada, acrescido de IVA à taxa legal em vigor, se este for legalmente devido.

2 – O preço referido no número anterior inclui todos os custos, encargos e despesas cuja responsabilidade não esteja expressamente atribuída ao IPCA, designadamente, com alojamento, alimentação e deslocação de meios humanos, despesas de aquisição, transporte, armazenamento e manutenção de meios materiais, bem como quaisquer encargos decorrentes da utilização de marcas registadas, patentes ou licenças.

3 – As quantias devidas pelo IPCA devem ser pagas no prazo de 30 (trinta) dias após a receção da respetiva fatura, que só pode ser emitida após o vencimento da obrigação respetiva e desde que cumpridas as formalidades legais exigidas.

4 – Para efeitos do número anterior, a obrigação considera-se vencida no primeiro dia do mês seguinte à prestação dos serviços a que respeita, devendo o adjudicatário cumprir com o estipulado nos números 5 e 6 da cláusula 22ª do presente caderno de encargos.

5 – Em caso de discordância por parte do IPCA, quanto aos valores indicados nas faturas, deve esta comunicar ao adjudicatário, por escrito, os respetivos fundamentos, ficando este obrigado a prestar os esclarecimentos necessários ou proceder à emissão de nova fatura corrigida.

6 – Independentemente do referido nos números anteriores, os pagamentos a efetuar ao abrigo do objeto do contrato só serão efetuados depois de verificados todos os formalismos legais a que obedecem as despesas públicas.

7 - Os pagamentos serão feitos por transferência bancária para o NIB indicado pelo adjudicatário, desde que as faturas sejam aceites pela entidade adjudicante.

#### **Cláusula 24ª**

##### **Penalidades contratuais**

1 – O incumprimento das obrigações emergentes do contrato, por razões imputáveis ao adjudicatário, confere ao IPCA o direito à aplicação de sanção pecuniária, a fixar em função da gravidade do incumprimento, nos termos do artigo 329.º do CCP, designadamente:

- a) Pelo incumprimento das datas e prazos de prestação dos serviços objeto do contrato, até 0.5% do preço contratual, por cada dia de atraso.

2 – Na determinação da gravidade do incumprimento, o IPCA tem em conta, nomeadamente, a duração da infração, a sua eventual reiteração, o grau de culpa do adjudicatário e as consequências do incumprimento.

3 – A acumulação das penas pecuniárias previstas no presente artigo não pode exceder 20% do preço contratual, sem prejuízo da resolução do contrato nos termos legais.

4 – Nos casos em que seja atingido o limite previsto no número anterior e o IPCA decida não proceder à resolução do contrato, por dela resultar grave dano para o interesse público, aquele limite é elevado para 30%.

5 – Para efeitos dos limites previstos nos n.ºs 3 e 4, quando o contrato previr prorrogações expressas ou tácitas, o valor das sanções a aplicar deve ter por referência o preço do seu período de vigência inicial.

6 – Considera-se haver incumprimento definitivo, suscetível de aplicação da sanção de resolução sancionatória quando, após notificação e concessão de prazo para o cumprimento da obrigação em falta, o adjudicatário continue a incorrer em incumprimento.

7 – O IPCA pode compensar os pagamentos devidos ao abrigo do contrato com as penas pecuniárias devidas nos termos do presente artigo.



8 – As penas pecuniárias eventualmente aplicáveis ao adjudicatário não obstam a que o IPCA exija uma indemnização pelo dano excedente.

9 – Em caso de atraso do IPCA no cumprimento das suas obrigações pecuniárias, o adjudicatário tem direito aos juros de mora sobre o montante em dívida à taxa legalmente fixada para o efeito pelo período correspondente à mora, nos termos previstos no artigo 326.º do CCP.

### **Cláusula 25ª**

#### **Gestor do contrato**

1 – O IPCA procederá à designação de um ou mais gestores do contrato, com a função de acompanhar permanentemente a execução deste, nos termos e para os efeitos do disposto no artigo 290.º-A do CCP.

2 – Cabe ao gestor do contrato exercer as competências que expressamente decorram da lei, bem como as que lhe sejam atribuídas pelo IPCA, em matéria de acompanhamento da execução e verificação do cumprimento de todas as obrigações legais e contratuais assumidas pelo adjudicatário.

3 – No desempenho das suas funções o Gestor do Contrato tem direito de acesso e consulta a toda a documentação relacionada com as atividades objeto do presente procedimento.

4 – Caso o gestor detete desvios, defeitos ou outras anomalias na execução do contrato, deve comunicá-los de imediato ao órgão competente, propondo em relatório fundamentado as medidas corretivas que, em cada caso, se revelem adequadas.

5 – O adjudicatário obriga-se a cooperar com o Gestor do Contrato, designado pelo IPCA, na prossecução das atividades de acompanhamento que este tem a seu cargo.

### **Cláusula 26ª**

#### **Revogação do contrato**

O presente contrato pode ser revogado, a todo o tempo, por acordo escrito, assinado pelos legais representantes de ambas as partes, do qual deve constar a referência ao presente contrato e seus aditamentos, bem como a data de início da produção de efeitos da revogação.

### **Cláusula 27ª**

#### **Resolução por parte da entidade adjudicante**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o IPCA pode resolver o contrato no caso de o adjudicatário violar de forma grave ou reiterada qualquer das obrigações que lhe incumbem.

2 – O direito de resolução referido no número anterior exerce-se mediante declaração enviada ao adjudicatário.

3 – Sem prescindir do disposto nos números anteriores, incumprimento, por parte do adjudicatário, confere ao IPCA, nos termos gerais de direito, o direito às correspondentes indemnizações legais.

### **Cláusula 28ª**

#### **Resolução por parte do adjudicatário**

1 – Sem prejuízo de outros fundamentos de resolução previstos na lei, o adjudicatário pode resolver o contrato quando:

- a) Qualquer montante que lhe seja devido esteja em dívida há mais de 6 (seis) meses ou o montante em dívida exceda 25% do preço contratual, excluindo juros;

2 – O direito de resolução é exercido por via judicial nos termos da Cláusula 32ª.

3 – Nos casos previstos na alínea a) do n.º 1, o direito de resolução pode ser exercido mediante declaração enviada ao IPCA, que produz efeitos 30 (trinta) dias após a receção dessa declaração, salvo se esta última cumprir as obrigações em atraso nesse prazo, acrescidas dos juros de mora a que houver lugar.

4 – A resolução do contrato nos termos dos números anteriores não determina a repetição das prestações já realizadas pelo adjudicatário, cessando, porém, todas as obrigações deste ao abrigo do contrato.

### **Cláusula 29ª**

#### **Casos fortuitos ou de força maior**

1 – Não podem ser impostas penalidades, nem é havida como incumprimento, a não realização pontual das prestações contratuais a cargo de qualquer das partes que resulte de caso de força maior, entendendo-se como tal as circunstâncias que impossibilitem a respetiva realização, alheias à vontade da parte afetada, que ela não pudesse conhecer ou prever à data da celebração do contrato e cujos efeitos não lhe fosse razoavelmente exigível contornar ou evitar, que se reconduzem expressamente a tremores de terra, inundações, incêndios, epidemias, sabotagens, greves ou outros conflitos coletivos de trabalho, embargos ou bloqueios internacionais, atos de guerra ou terrorismo, motins e determinações governamentais ou administrativas injuntivas, exceto as que resultem de incumprimentos de deveres e normas legais a que está obrigado.

2 – A parte que invoca casos fortuitos ou de força maior deve comunicar e justificar tais situações à outra parte, bem como informar o prazo previsível para restabelecer a situação.

3 – A força maior determina a prorrogação dos prazos de cumprimento das obrigações contratuais afetadas pelo período de tempo comprovadamente correspondente ao impedimento resultante da força maior.

### **Cláusula 30ª**

#### **Subcontratação e cessão da posição contratual**

O adjudicatário não poderá subcontratar ou ceder a sua posição contratual ou qualquer dos direitos e obrigações decorrentes do contrato, sem autorização prévia e por escrito do IPCA, nos termos previstos no Código dos Contratos Públicos.

### **Cláusula 31ª**

#### **Comunicações e notificações**

1 – Sem prejuízo de poderem ser aprovadas outras regras quanto às notificações e comunicações entre as partes do contrato, estas devem ser dirigidas, nos termos do Código dos Contratos Públicos, para o domínio ou sede contratual de cada uma, identificados no contrato.

2 – Qualquer alteração das informações de contacto constantes do contrato deve ser comunicada à outra parte.

### **Cláusula 32ª**

#### **Foro competente**

Para resolução de todos os litígios decorrentes da interpretação ou execução do contrato fica estipulada a competência do Tribunal Administrativo e Fiscal de Braga, com expressa renúncia a qualquer outro.

### **Cláusula 33ª**

#### **Legislação aplicável**

Em tudo o que não se encontrar especialmente regulado, aplicam-se as disposições constantes do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 18/2008, de 29 de janeiro, com as atualizações em vigor, e demais legislação específica aplicável.

## Anexo I – Equipamentos a adquirir

### 1. Quantidades a adquirir:

Refª	Tipo Impressora	Unidades
<b>A</b>	Multifuncional A4 a preto 40 páginas minuto com Alimentador Automático Dual Scan	4
<b>B</b>	Multifuncional A3 a preto 30 páginas minuto com Alimentador Automático Dual Scan	4
<b>C</b>	Multifuncional A3 a cores 30 páginas minuto com Alimentador Automático Dual Scan	28
	<b>Total</b>	<b>36</b>

### 2. Características técnicas mínimas para os equipamentos:

#### • Multifuncional Ref. A

Multifuncional A4 a preto 40 páginas minuto	
Caraterísticas	Detalhes
Velocidade copia e impressão	>= 40 ppm a Preto e Branco
Velocidade de digitalização	>= 90 imp em frente/verso
Alimentador dual scan	sim
Velocidade alimentador dual scan	>= 90 / 90 Dual Scan
Sistema impressão/copia duplex	sim
Formatos de papel	A6, A5, A4
Cassetes de papel	500 folhas (A5-A3) + Bypass 100 folhas
Gramagens de papel	60 a 210 g/m2
Aquecimento	<=20 segundos
Tempo saída da primeira copia	<= 4,8 segundos a Preto e Branco
Resolução de impressão	>= 1,800 (equivalente) x 600 dpi; 1200 x 1200 dpi
Digitalização total	Email, FTP, SMB ,HDD, Twain rede
Alimentador automático de documentos	>= 80 originais
Formatos de ficheiro de digitalização	PDF Compacto, PDF , XPS, TIFF e JPEG.
Impressão direta TIFF, XPS, PDF e OOXML	sim
Placa de rede	10/100/1000 BaseT Ethernet; USB 2.0
Processador, memória e disco	>=1.6 Ghz, >=5 Gb, >=250 Gb SSD
Certificação de segurança	ISO 15408
Consumo energetico	<= 1.7 KW
Linguagem	PCL 6 e PS3
Mesa/armario	sim
Leitor de cartões RFID + Bluetooth	sim
Licença para Ysoft SafeQ	sim

- **Multifuncional Ref. B**

<b>Multifuncional A3 a preto 30 páginas minuto</b>	
<b>Caraterísticas</b>	<b>Detalhes</b>
Velocidade copia e impressão	>= 30 ppm a Preto e Branco
Velocidade de digitalização	>= 200 imp em frente/verso
Alimentador automático	sim
Velocidade alimentador	>= 200 / 200
Sistema impressão/copia duplex	sim
Formatos de papel	A6, A5, A4, A3
Multicópia	9999
Cassetes de papel	2 X 500 folhas (A5-A3) + Bypass 150 folhas
Gramagens de papel	52 a 300 g/m2
Aquecimento	<=15 segundos
Tempo saída da primeira copia	<=4,8 segundos a Preto e Branco
Resolução de impressão	1,800 (equivalente) x 600 dpi; 1200 x 1200 dpi
Digitalização total	Email, FTP, SMB ,HDD, Twain rede
Alimentador automático de documentos	>= 100 originais
Formatos de ficheiro de digitalização	PDF Compacto, PDF , XPS, TIFF e JPEG.
Impressão direta TIFF, XPS, PDF e OOXML	sim
Placa de rede	10/100/1000 BaseT Ethernet; USB 2.0
Processador, memoria e disco	>=1.6 Ghz, >=8 Gb, >=250 Gb SSD
Certificação de segurança	ISO 15408
Consumo energético	<=1.7 KW
Linguagem	PCL 6 e PS3
Mesa/armário	sim
Leitor de cartões RFID + Bluetooth	sim
Licença para Ysoft SafeQ	sim

- **Multifuncional Ref. C**

<b>Multifuncional A3 a cores 30 páginas minuto</b>	
<b>Caraterísticas</b>	<b>Detalhes</b>
Velocidade copia e impressão	>= 30 ppm a Preto e Branco/>= 30 ppm a Cores
Velocidade de digitalização	>= 200 imp em frente/verso
Alimentador Automático	sim
Velocidade alimentador	>= 200 / 200
Sistema impressão/copia duplex	sim
Formatos de papel	A6, A5, A4, A3, SRA3 + Banner
Multicópia	9999
Cassetes de papel	2 x 500 folhas (A5-A3) + Bypass 150 folhas
Gramagens de papel	52 a 300 g/m2
Aquecimento	<=15 segundos

Tempo saída da primeira copia	<= 4,6 segundos a Preto e Branco/6,1 segundos a Cores
Resolução de impressão	1,800 (equivalente) x 600 dpi; 1200 x 1200 dpi
Digitalização total	Email, FTP, SMB ,HDD, Twain rede
Alimentador automático de documentos	>= 100 originais
Formatos de ficheiro de digitalização	PDF Compacto, PDF , XPS, TIFF e JPEG.
Impressão direta TIFF, XPS, PDF e OOXML	sim
Placa de rede	10/100/1000 BaseT Ethernet; USB 2.0
Processador, memória e disco	>=1.6 Ghz, >=8 Gb, >=256 Gb SSD
Certificação de segurança	ISO 15408
Consumo energético	<= 1.7 KW
Linguagem	PCL 6 e PS3
Mesa/armário	sim
Leitor de cartões RFID + Bluetooth	sim
Licença para Ysoft SafeQ	sim

### 3. Características transversais para todos os equipamentos

- Todos os dispositivos devem suportar/contemplar um driver universal versão 4
- Todos os multifuncionais devem suportar nas funções de segurança o TLS 1.2 ou superior
- Todos os dispositivos devem suportar o protocolo de impressão IPP/S
- Todos os dispositivos devem permitir a filtragem de endereços IP - IP filtering
- Os Dispositivos devem ter antivírus incorporado com a capacidade de efetuar uma verificação abrangente de todos os ficheiros impressos, digitalizados, recebidos ou enviados

### 4. Localização dos equipamentos a adquirir

Serviço/Localização	Equipamento
Campus	4 - Multifuncional Ref. A
Campus	4 - Multifuncional Ref. B
Campus	18 - Multifuncional Ref. C
Polo AvePark	2 - Multifuncional Ref. C
Polo Esposende	1 - Multifuncional Ref. C
Polo Braga	2 - Multifuncional Ref. C
Polo Famalicão	1 - Multifuncional Ref. C
Polo Vila Verde	1 - Multifuncional Ref. C
ESDBESB	1 - Multifuncional Ref. C
ESD	2 - Multifuncional Ref. C

**5. Número de técnicos certificados a afetar ao serviço**

- O adjudicatário deve afetar, no mínimo, 1 técnico certificado para os equipamentos propostos e 1 técnico certificado para o software *YSOFT SAFEQ*.